



DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO
DE PROCESSO LEGISLATIVO
Folha nº:
Matricula:
Rubrica:

Proposição: PLEI - Projeto de Lei

Número: 000159/2024 Processo: 10432-00 2024

Parecer Victor Paulo de Oliveira - Comissão Especial de Veto

Temos o Projeto de Lei nº 159/2024, de iniciativa do nobre Edil Sargento Mello Casal, que "Altera a Lei nº 11.935, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências."

Preliminarmente, cumpre mencionar que a Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora prevê em seu art. 103, inciso I, a constituição de Comissão Especial para emitir parecer sobre veto a proposição de lei, in verbis:

"Art. 103. A Comissão Especial é constituída para:

- I emitir Parecer sobre:
- a) proposta de emenda à Lei Orgânica;
- b) veto a proposição de lei;
- c) projeto de concessão de Título Honorífico de Diploma de Honra ao Mérito, Cidadania Honorária e Benemérita.

No caso do Projeto de Lei em tela, o Chefe do Poder Executivo entendeu pelo Veto Total à proposição alegando a ilegalidade e inconstitucionalidade da matéria por padecer de vício de iniciativa.

Não obstante, esse também foi o entendimento da Diretoria Jurídica desta Casa Legislativa, em parecer nº 117/2024, exarado em 03 de dezembro de 2024, apontando que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo ao dispor sobre regime jurídico de servidores públicos, conforme assevera o art. 36, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal, *Verbis:*

- "Art. 36. São matérias de iniciativa privativa do Prefeito, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:
- I criação, transformação, extinção de cargos, funções ou empregos públicos dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional e a fixação ou alteração da respectiva remuneração;
- II servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria."

Dessa forma, de acordo com o regimento interno desta Casa e dentro da conveniência e oportunidade do Vereador, no âmbito da competência dessa Comissão Especial, libero para

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL A validade das assinaturas poderão ser verificadas no endereço www.camarajf.mg.gov.br/sal/verificador, código verificador: P286386

1/2





DIRETORIA LE DIVISÃO DE ACOM	PANHAMENTO
DE PROCESSO I Folha nº:_	EGISLATIVO
Matrícula:_	/
Rubrica:	—/

tramitação no Plenário o referido Projeto de Lei, momento em que manifestarei o meu voto.

Palácio Barbosa Lima, 27 de agosto de 2025.

Victor Paulo de Oliveira Vereador Vitinho - PSB

e-mail: camara@camarajf.mg.gov.br